

CARTOGRAFIAS E PERCURSOS DE MULHERES ARTESÃS QUE APRENDEM, ENSINAM E TRABALHAM

Cartographies and Routes of Women Artisans who Learn, Teach and Work

Cartografías y Recorridos de Mujeres Artesanas que Aprenden, Enseñan y Trabajan

Cartographies et Itinéraires des Femmes Artisanes qui Apprennent, Enseignent et Travaillent

10.5020/23590777.rs.v21i1.e11351

Daniele Vitória Lima da Silva

Psicóloga. Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (DEPSI/UFRN).

Camila Barbosa Campelo

Psicóloga. Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ana Carolina Rios Simoni

Psicóloga. Especialista em Atendimento Clínico - ênfase em Psicanálise. Mestre e Doutora em Educação (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia da UFRN.

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Psicóloga. Mestre em Psicologia Clínica. Doutora em Psicologia Social. Professora do Departamento de Psicologia da UFRN e do Programa de Pós-Graduação da UFRN.

Resumo

O presente artigo trata de uma pesquisa-intervenção que ocorreu atrelada ao estágio supervisionado do curso de Psicologia, nos meses de abril a setembro de 2019, tendo como foco uma imersão territorial no bairro das Rocas, da cidade de Natal/RN. As intervenções tiveram como foco o Centro de Convivência e Cultura (CECCO) das Rocas, dispositivo de saúde mental que integra a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Imersas no cotidiano do dispositivo, as intervenções buscaram fortalecer um dos grupos que compõe o CECCO, voltado para as oficinas de artesanato com mulheres com diagnóstico de transtorno mental. Para tanto, apoiaram-se nos valores da economia solidária, fomentando a geração de renda para as suas integrantes. Com a ação orientada pela cartografia e pelo referencial teórico-metodológico da análise institucional, buscou-se compreender como a produção de saúde, articulada à arte e ao trabalho, influencia na condição de mulher artesã e de um coletivo heterogêneo.

Palavras-chave: saúde mental; mulheres; artesanato.

Abstract

This article deals with intervention research that took place linked to the supervised internship of Psychology course, from April to September 2019, focusing on a territorial immersion in the district of Rocas, in the city of Natal / RN. The interventions focused on the Rocas Community and Culture Center (CECCO), a mental health device that integrates the Psychosocial Care Network (RAPS). Immersed in the daily life of the device, the interventions sought to strengthen one of the groups that make up the CECCO, focused on craft workshops with women diagnosed with mental disorders. To do so, they supported the values of the solidarity economy, promoting income generation for its members. With the action guided by cartography and the theoretical-methodological framework of institutional analysis, we sought

to understand how health production, linked to art and work, influences the condition of a woman artisan and a heterogeneous collective.

Keywords: mental health; women; craftsmanship.

Resumen

Este trabajo presenta una investigación-intervención que ocurrió vinculada a la pasantía supervisada del curso de Psicología, en los meses de abril a septiembre de 2019, teniendo como enfoque una inmersión territorial en el barrio de Rocas, en la ciudad de Natal/RN. Las intervenciones tuvieron como enfoque el Centro de Convivencia y Cultura (CECCO) de Rocas, dispositivo de salud mental que compone la Red de Atención Psicosocial (RAPS). Inmersas en el cotidiano del dispositivo, las intervenciones buscaron fortalecer un equipo que compone el CECCO, volviendo para los talleres de artesanía con mujeres con diagnóstico de trastorno mental. Para eso, se apoyaron en los valores de la economía solidaria, fomentando la generación de renta para sus integrantes. Con la acción orientada por la cartografía y por el referencial teórico-metodológico del análisis institucional, se buscó comprender cómo la producción de salud, articulada al arte y al trabajo, influye en la condición de mujer artesana y de un colectivo heterogéneo.

Palabras clave: salud mental; mujeres; artesanía.

Résumé

Cet article traite d'une recherche interventionnelle qui a eu lieu pendant le stage obligatoire du cours de psychologie, d'avril à septembre 2019. On a eu une immersion territoriale dans le quartier de Rocas, dans la ville de Natal, au Brésil. Les interventions sont arrivées sur le Centre communautaire et culturel Rocas (CECCO), un dispositif de santé mentale qui fait partie du Réseau de soins psychosociaux (RAPS). Immergées dans la vie quotidienne du dispositif, les interventions ont cherché pour renforcer l'un des groupes qui composent le CECCO, visant des ateliers d'artisanat avec des femmes diagnostiquées avec des troubles mentaux. Pour cela, on a soutenu les valeurs de l'économie solidaire, favorisant la génération de revenus pour les membres du groupe Avec l'action guidée par la cartographie de l'analyse institutionnelle, nous avons cherché à comprendre comment la production de santé, liée à l'art et au travail, influence la condition des femmes artisanes et d'un collectif si hétérogène. et le cadre théorique-méthodologique

Mots-clés : santé mentale ; femmes ; artisanat.

Introdução: do Desejo de Cidade à Experiência Cartográfica

“Oh sim! As ruas têm almas. Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleénicas [neologismo do autor], snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes (...). Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza do calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flaneur e praticar o mais interessante dos esportes - a arte de flunar”.
(A alma encantadora das ruas, João do Rio, s.d.)

Em 2019, iniciávamos uma experiência de estágio em que o principal e primeiro desejo partilhado do grupo era o de “sair da universidade” e “conhecer mais a cidade”. Queríamos todos, supervisoras e estagiários, explorar melhor a cidade que habitamos e desenvolver a partir daí experiências formativas. Acionamos então o “flaneur em nós” e fomos em busca de uma “psicologia da/na rua”, como nos convida João do Rio. Elegemos assim o bairro das Rocas, situado no litoral nordeste da cidade e que é um dos seus bairros mais antigos, de origem pesqueira e que privilegiadamente está no encontro do Rio Potengi com o nosso mar de águas quentes. Dessa experiência exploratória nasceu a experiência cartográfica de estágio e pesquisa-intervenção sobre a qual nos debruçamos aqui.

Do lugar do qual partimos é importante contextualizar a Política Nacional de Saúde Mental no cotidiano do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei nº 10.216/2001 instituiu um novo modelo de atenção, que contribuiu para transformações que já vinham ocorrendo por meio da Reforma Psiquiátrica. A política incentiva a criação de uma rede de atenção psicossocial que

inclui serviços alternativos aos hospitais psiquiátricos, provocando a interação entre os serviços de atenção à saúde mental e a comunidade (Alvarez, Silva, & Oliveira, 2016). A partir dela, o tratamento em saúde mental passa a ter como horizonte de saúde fazer a vida habitar a cidade, nas suas diferenças, limites e possibilidades, combatendo modelos asilares de assistência.

Em 2011, é instituída a Portaria nº 3.088/2011 (republicada em 21 de maio de 2013) regulamentando a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS, tendo como propósito ampliar o acesso da população à atenção psicossocial nos seus diferentes níveis de complexidade, ao assegurar a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território (Alvarez et al., 2016; Severo & Freire, 2014).

Na interlocução com o território, entre os vários serviços definidos como sendo de base comunitária, temos os centros de convivência e cultura (CECCO). Alvarez et al. (2016) contam que eles surgem no final da década de 1980, integrando a rede de saúde mental e, após a instituição da RAPS, passam a compor a Atenção Básica. No Rio Grande do Norte, atualmente contamos com o Centro de Convivência e Cultura das Rocas, inaugurado em Natal em agosto de 2017, onde realizamos essa vivência cartográfica. Esse é um espaço pensado a partir das novas diretrizes e políticas de saúde mental citadas e que favorece a afirmação das diferenças e a construção de vínculos sociocomunitários, promovendo atividades e oficinas artístico-culturais por toda a cidade.

Estando inseridas no CECCO, percebemos em seu funcionamento algumas aproximações com os princípios da economia solidária (EcoSol). Sobre esta, Pacheco (2013) afirma que, diferente da economia capitalista, que é centrada no capital e funciona sob relações competitivas, a EcoSol constitui-se nas relações de reciprocidade e em estratégias coletivas. Nas oficinas que lá ocorrem, todas e todos compartilham as atividades e materiais, funcionando em coletivo, o que, para Singer (2002), resulta em igualdade, confiança e emancipação social dos sujeitos, objetivos finais da economia solidária.

Ao acompanhar esse coletivo, encontramos um terreno propício à realização de uma cartografia, entendida como pesquisa-intervenção que não busca desvelar o que já está posto na realidade como natural, mas parte do pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade, questionando o paradigma da representação (Kastrup & Passos, 2013). Além disso, constitui uma pesquisa que pôde ir sendo construída ao lado da experiência de estágio, uma vez que constitui um método que sempre busca a dimensão processual da realidade e, com base na perspectiva institucionalista (análise institucional) que fundamenta, aposta na contração do coletivo, compondo grupalidades implicadas na pesquisa, indo além das dicotomias e das formas hegemônicas de organização das instituições e suas hierarquizações (Kastrup & Passos, 2013).

Dessa forma, a cartografia que aqui compartilhamos diz de um trabalho em que buscou-se fomentar a produção de um coletivo autogestionário com um grupo de mulheres artesãs - utilizaremos essa nomeação para as mulheres que compuseram o grupo, sejam trabalhadoras do dispositivo CECCO, usuárias ou, sejam nós, estagiárias, compreendendo o sentido de artesã como aquela que produz, confecciona ou tece manualmente seus trajetos de vida e os frutos de seu trabalho, podendo ser materiais ou subjetivos.

Nessa vivência aqui descrita, todas nos tornamos mulheres artesãs, em um tecer artesanal e feminino cartografamos as contribuições da arte e do trabalho à saúde (e viceversa). Ao mesmo tempo, trata-se da nossa trajetória enquanto estagiárias de psicologia (duas primeiras autoras) e enquanto supervisoras (duas últimas autoras), portanto, de um processo de formação, que trouxe experiências mobilizadoras de aprendizados relativos ao trabalho, tanto artesanal quanto ao nosso próprio saber/fazer *psi*.

Assim, cumpre esclarecer que nos colocamos ao lado das mulheres de modo que o coletivo pudesse emergir desde suas próprias forças e desejos, tomando como princípios básicos aqueles propostos pela análise institucional, quais sejam: autoanálise e autogestão, que são processos simultâneos na produção de coletivos. Sobre isso, Baremlitt (2002, p. 16) adverte:

A auto-análise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida, ou seja: não se trata de que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhes quem são, o que podem, o que sabem, o que devem pedir e o que podem ou não conseguir. Este processo de auto-análise das comunidades é simultâneo ao processo de auto-organização, em que a comunidade se articula, se institucionaliza, se organiza para construir os dispositivos necessários para produzir, ela mesma, ou para conseguir os recursos de que precisa para a manutenção e o melhoramento de sua vida sobre a terra. (...) Essa auto-análise e essa autogestão não significam necessariamente que os coletivos devam prescindir por completo dos *experts* porque, sem dúvida, com sua disciplina e seus instrumentos, eles têm acumulada uma quantidade de conhecimento importante e não inteiramente alienado, não necessariamente distorcido, ou seja: produtivo.

Dessa forma, procuramos ali acompanhar e interceder em favor dos processos de autoanálise e autogestão do coletivo de mulheres que partia das próprias experiências e encontros delas ali, naquele espaço institucional, e fomos acolhidas por elas nesse contexto. Mas como isso se deu? Por quais vias metodológicas? E que ferramentas nos permitiram estar ali nessa condição?

A Arte de Perambular, Narrar, Cartografar...

Esta pesquisa-intervenção ocorreu atrelada ao estágio supervisionado do curso de Psicologia nos meses de março a setembro de 2019, sendo realizada em três momentos: o primeiro deles ocorreu a partir de uma imersão territorial no bairro das Rocas, tendo como inspiração metodológica a cartografia em composição com a prática do perambular. Essa imersão territorial tinha como horizonte desconstruir as barreiras da universidade, que nos prendem, muitas vezes, em um ensino puramente técnico de repasse e apreensão de conteúdo, em posições já instituídas sobre o que é ser professor/a e aluno/a. Almejávamos, ao adentrar novos territórios, construir uma “performance da experimentação” (Ramos do Ó, 2019), que convida a todas (alunas e professoras) a conhecer e sentir a experiência da pesquisa e dos seus significados, apostando em uma aprendizagem ético-estética-política.

Em campo, com o objetivo de experimentar os espaços e se apropriar deles, foi adotada, inicialmente, a prática da perambulação que, posteriormente, levou-nos ao desejo de cartografar e à composição metodológica. O perambular, para Cavalcante, Mourão, e Gunther (2018, p. 167) “significa o caminhar pela fricção e pelo prazer de sentir e vivenciar o espaço e, até mesmo, nele se perder”. Nesse sentir e caminhar, vagueando pelas ruas e vielas das Rocas, nos deparamos com experiências diversas de vida, que nos mostravam a conexão entre o cotidiano e a saúde e que nos guiaram para um segundo momento dos percursos formativos ali em andamento - o mapeamento dos dispositivos locais. Entendemos por dispositivo a junção de diversos elementos e forças que se traduzem em uma rede de articulações (Foucault, 2001), que podem ser lugares ou, até mesmo, pessoas.

Nessa busca pelos dispositivos locais, fomos inspiradas pela cartografia. Segundo Kastrup e Passos (2013), o método cartográfico é sempre uma pesquisa-intervenção dado seu caráter inclusivo e participativo, que promove a participação dos sujeitos envolvidos, sejam pesquisadoras/es, sejam participantes, criando um conhecimento que é coproduzido entre esses diferentes atores que compõem a pesquisa e que diz respeito ao mapeamento de processos e afetações em certa experiência.

Chamaram nossa atenção os estabelecimentos comerciais, as escolas, os locais de lazer e cultura, as pessoas... Nesses fluxos, em que o próprio lugar emanava, lançamos o corpo para aquilo que há no território em suas dimensões éticas, estéticas e políticas. Nesses percursos, definiu-se o que chamamos de “rotas temáticas”. A palavra *rota* veio do sentido propriamente dito de caminhar, *fazer uma rota*, mas, dessa vez, com um objetivo mais “estruturado”. Dessa forma, nos organizamos em três grupos de estagiários divididos por temáticas, que denominamos: *Rota da Educação*, *Rota de Cultura e Lazer* e *Rota de Trabalho e Saúde*. Nesta escrita, nos deteremos nesta última, eleita por nós como a “nossa rota”, analisando os aspectos que dela emergiram, sem esquecer que toda escolha é uma escolha ética, estética e política, em consonância com a implicação das pesquisadoras. Implicação esta que, segundo Romagnoli (2014), é um conceito de fronteiras não fixas, de gênese filosófica e social, que denuncia a nossa relação com as instituições. Em se tratando do modo de pesquisar, sustenta o paradigma ético-político de não neutralidade. Dessa forma, o “pesquisador implicado” não está “fora” da pesquisa, muito pelo contrário, ele afeta e é afetado por ela, sendo atravessado por tudo aquilo que está imbricado no ato de pesquisar. Para Lourau (1990), esse atravessamento é muito mais do que uma percepção subjetiva, ela diz também de uma produção coletiva, das expectativas, desejos e interesses envolvidos nesse fazer.

Assim, implicadas com o campo escolhido, adentramos o nosso terceiro momento da pesquisa-intervenção e, voltando o nosso foco para os dispositivos que a elas pertenciam, nos dividimos em grupos de estagiários que escolheram a sua rota implicados com o desejo de pesquisar e intervir.

Na rota *Trabalho e Saúde*, em que nos deteremos, foi mapeado o bairro, delimitando seus comércios formais e informais e as unidades de saúde. Foi nesse processo que encontramos o Centro de Convivência e Cultura das Rocas (CECCO), que reunia os dois pontos temáticos norteadores dos nossos trajetos.

No contato com o grupo de artesanato existente no CECCO, onde o fazer manual se entrelaça com as conversas e vivências, produziram-se afetações e desejos de aproximação conectados com nossas experiências. Algumas de nós, pesquisadoras, já tinham uma trajetória com o artesanato. Em casa, essa sempre foi uma atividade recorrente e geradora de renda, por isso foi muito fácil se identificar com o grupo. A cada novo encontro, nos aproximávamos mais das mulheres ali presentes, ouvindo e contando nossas histórias de vidas. Foi nesse tom de prosa que descobrimos a inclinação para a geração de renda, sendo 85% da renda gerada destinada ao CECCO para a compra de materiais para as diversas oficinas e 15% para as participantes. Um trecho do diário de campo registra nosso encontro com as mulheres artesãs, que chamamos de Maria Milta, Nãna, Cleó, Marlene e Basta, nomes fictícios escolhidos para homenagear as mulheres artesãs da nossa vida, componentes do nosso laço familiar e que também nos ensinaram sua arte. Aqui estão traços de mães, avós e tias artesãs, indiretamente tecendo conosco mais esse percurso:

Entramos na sala das oficinas de crochê e flores, que estava repleta de mulheres, principalmente senhoras, conversando e manejando os materiais. Maria Milta logo nos acolheu, disse que poderíamos ficar à vontade para adentrar nas oficinas e ir percebendo quais nos atraíam mais. (...) Conversei um pouco com Nãna, que logo se dispôs a me ensinar crochê, perguntei há

quanto tempo elas já faziam enquanto contemplava os trabalhos feitos: bolsas, brincos, tapetes, panos de prato. Ela respondeu que ela era a professora, que muitas tinham aprendido com ela e que “o legal” é que elas faziam o que mais gostavam: umas faziam brincos; outras, panos de prato; outras, bolsas. Já havia escutado de Maria Milta sobre a importância desse trabalho para a autonomia dessas mulheres, inclusive dos efeitos terapêuticos causados por isso, mas percebi na fala de Nãna que, para além do trabalho de “fazer crochê”, ainda era trabalhado entre as mulheres a liberdade de escolher aquilo que mais traduzisse cada uma. Conhecemos Basta e Cleó, que mostraram satisfeitas seus trabalhos, uma com brincos e a outra com os panos de prato enfeitados com borboletas e flores feitas com estêncil. (Encontros iniciais e experimentações)

A pesquisa intervenção se deu por meio do que chamamos de participação observante, uma inversão metodológica com a observação participante, abordagem derivada da pesquisa etnográfica, em que o observador se implica ativamente na busca dos dados (Mónico, Alferes, Castro, & Parreira, 2017). Na participação observante, o/a pesquisador/a faz da participação um instrumento de conhecimento (Favret-Saada, 2005), deixando-se ser afetado/a, experimentando o lugar e as intensidades que ali emergem, para só então produzir um saber sobre essa experiência. Foi dessa forma que aconteceram as reuniões do grupo (que ocorrem duas vezes por semana), por meio do fazer crochê e fuxico com as mulheres artesãs, tecendo conversas e as acompanhando em feiras e exposições pela cidade.

O grupo no qual as intervenções foram realizadas conta com cerca de 30 pessoas cadastradas, das quais 15 participam efetivamente. Entre elas, encontravam-se usuários/as do Centro e membros da comunidade, oriundos de vários bairros da cidade. A participação é feminina, composta por mulheres aposentadas e/ou donas de casa, que trabalham principalmente com o reaproveitamento de material.

É interessante dizer que cada oficina possui a sua instrutora, a qual chamaremos de mulher-artesã-que-ensina. Ela é responsável por passar seu conhecimento para as demais, sendo cada uma chamada de mulher-artesã-que-aprende, um grupo no qual nos incluímos, pois não estávamos nos colocando em campo como detentoras do saber. Em nosso posicionamento como pesquisadoras implicadas, estávamos ali, além de pesquisadoras, também como alunas, estagiárias e aspirantes a artesãs, buscando aprender e fazer com. A nossa implicação incluía, especialmente, nosso envolvimento com o crochê, atividade com a qual mais nos identificamos no grupo, carregadas de lembranças das mulheres das nossas famílias, chegando a levar material para fazer em casa. Nesses processos de coprodução de saber, costuramos essa pesquisa-intervenção. Essa separação entre mulher-artesã-que-aprende e mulher-artesã-que-ensina é apenas para fins de nomeação. Na prática, todas as mulheres caminham por essas duas funções, hora ensinam, hora aprendem. Nãna é a mulher-artesã-que-ensina no grupo de crochê, ela é usuária do Centro. Por lá chegou há cerca de um ano com histórico de adoecimento psíquico. No grupo de fuxico, por sua vez, Maria Milta é a mulher-artesã-que-ensina, mas de vez em quando Marlene também ocupa essa posição.

As vivências foram registradas por meio de narrativas escritas em diários de campo, entendendo esse estilo de registro da experiência, conforme presumido por Pezzato e L’abbate (2011), como uma ferramenta de pesquisa que possibilita reflexão sobre a própria prática e aquilo que se vive no campo em contato direto com as vivências ali produzidas, assumindo a posição de não neutralidade do ato de pesquisar. Por isso, não foram realizadas entrevistas. A instituição CECCO, que mediava nossa intervenção, autorizou a realização do nosso trabalho-estágio e os relatos aqui destacados foram ditos espontaneamente pelas participantes desse trajeto, registrados sem o uso de gravadores, sendo posteriormente escritas no diário de campo de cada pesquisadora. A produção desses diários nos permitiu criar uma certa política de escrita e de narratividade das experiências que ali vivíamos e das que ouvíamos, além dos seus desdobramentos em novas ações, experiências e afecções.

Cumpramos destacar um elemento fundamental nessa cartografia: o ato de narrar. Não se tratou de uma política de escrita acadêmica e de pesquisa qualquer, mas de uma política de escrita narrativa. Assim como Benjamin (1994), compreendemos a narrativa como uma forma artesanal de comunicação, que é tecida enquanto se ouve a história e, no recorte de experiência que aqui compartilhamos, enquanto se tece uma peça de crochê.

Mulheres Artesãs que Aprendem, Ensinam e Trabalham

Com o intuito de expandir as possibilidades de inserção social da pessoa com diagnóstico psiquiátrico e, ainda, provocar o desenvolvimento de uma autonomia, decidimos impulsionar esse movimento que ainda engatinhava nessas mulheres artesãs. Entendemos a autonomia, assim como Zambillo & Palombini (2017), como fundada na/da experiência, pensada em redes, sendo, dessa forma, não o oposto da dependência, mas sim a sua multiplicação em redes, pois aposta na potência do coletivo que se retroalimenta, ou seja, que procura sustento nos demais, sejam eles/elas trabalhadores/as, sejam gestores/as, sejam usuários/as e/ou comunidade, buscando pontos de apoio nos diferentes sujeitos que compõem o coletivo.

Nós, enquanto parte desse coletivo, nos colocamos à disposição para fazer um levantamento das feiras de artesanato que aconteciam pela cidade, como potencial lugar para a venda dos produtos, e nos dispusemos a acompanhá-las nessas experiências, iniciativa que animou a todas. A intenção de ocupar esses lugares é transversalizada pelas histórias das mulheres

que emergiam dos encontros grupais. Cada pequeno gesto na feitura de um produto parecia disparar uma história, as quais revelavam como o trabalho artesanal tem mudado a maneira como se enxergam, enquanto pessoas criativas, criadoras de produtos e de si mesmas, na contramão dos discursos medicalizantes e machistas impostos sobre suas supostas condições de pessoa com diagnóstico psiquiátrico ou, simplesmente, de mulheres.

A articulação entre tais discursos e a saúde mental é um exercício que pode ser observado nos trabalhos do Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Gênero, sob a coordenação da professora Valeska Zanello, em parceria com o Laboratório de Psicopatologia, Psicanálise e Linguagem da Universidade de Brasília (UnB). Em uma pesquisa intitulada Saúde Mental e Gênero: Facetas Gendradas do Sofrimento Psíquico, Zanello, Fiuza, e Costa (2015) desenvolveram 15 entrevistas semiestruturadas com usuárias(os) de um Centro de Atenção Psicossocial de Brasília (8 homens e 7 mulheres) com quadros de sofrimento psíquico grave, fora de períodos de crise. Por meio da análise de conteúdo e com a lente das relações de gênero, perceberam que diferentes categorias se pronunciaram na fala dos participantes ao retratarem o sofrimento psíquico:

Enquanto a fala delas é marcada sobretudo pelo sofrimento em não conseguir *maternar* e dar conta dos afazeres domésticos, além de um lugar de silenciamento; na deles destacou-se o sofrimento em não poder trabalhar e prover a família, além da importância e dificuldade em se manter em uma sexualidade masculina hegemônica de “comedor”. (Zanello et al., 2015, p. 238)

Nesse sentido, os autores apontam o dispositivo amoroso, o do casamento e o da maternidade como aspectos centrais que emergem na fala das mulheres, sendo questões invisibilizadas na realização dos diagnósticos, mas que seguem engendradas ao sofrimento psíquico, sendo necessário abrir caminho “para uma semiótica própria e uma prática onde a experiência do sofrimento psíquico pode ser compreendida sob uma lógica constitutiva” (Zanello et al., 2015, p. 245).

Assim, apostamos nessa criação na tessitura que as mulheres artesãs iam produzindo conosco, e nossa ação passou a ser a de interceder em favor disso, com base naquilo que era missão político-institucional do Centro. Sabendo disso, começamos a preparação para as feiras, que se deu a partir da produção de etiquetas para o material, buscando uma identidade visual para o grupo. Tudo ocorreu de forma coletiva, em reuniões e conversas informais, enquanto fazíamos o crochê e o fuxico, numa velha forma de fazer arte e “jogar conversa”. O trecho abaixo narra um pouco dessas conversas:

Falamos sobre as feiras que já existem em Natal e sobre os contatos que fizemos com a organização. Algumas precisamos descartar por causa da burocracia em se inscrever ou pelo alto custo. As outras são possíveis, pois eram livres ou alguém conhecido que organizava. O grupo também gostou, balançava a cabeça animadamente, parecia contente com a proposta de irmos para outros lugares. Havia uma expectativa crescendo, o que me animava, mas também preocupava, caso ela não fosse cumprida. (30 de maio de 2019: Provocando movimentos).

Quando tudo estava preparado, nossa primeira feira ocorreu em um espaço da zona sul da cidade. Uma semana depois, nos encontramos novamente e fizemos uma análise coletiva do que foi essa experiência, quando, estando reunidas todas as mulheres artesãs, tivemos as seguintes falas:

Fui perguntando o que mais elas viram na feira e acharam interessante. Nãna comentou que era um lugar muito voltado para os *pets* e que tinha muita *madame*, com uma cara de quem não tinha gostado disso. Já a irmã dela também comentou que era um lugar chique, mas afirmando que tinha gostado de ser assim. Falaram que era um pouco distante, ruim de chegar de ônibus, mas que era seguro por ser dentro de uma casa. Elas também disseram que era tudo muito bonito, então puxei mais assunto. “Como assim bonito?” “A organização né, os produtos...”. Nãna comentou como seria bom se melhorasse a nossa apresentação na feira, com outro jeito de arrumar as coisas. (06 de agosto de 2019: um outro olhar [e lugar] é possível).

A última frase, “outro jeito de arrumar as coisas”, chamou nossa atenção, movendo uma análise de implicação. O que seria um outro jeito de arrumar as coisas? O que estava “bagunçado”? Curiosas, direcionamos essas perguntas ao grupo. As mulheres nos falaram da mesa bagunçada, a quantidade excessiva de produtos em um espaço tão pequeno dificultava a visão do cliente e até a nossa. Percebemos que não só as etiquetas eram importantes, mas placas maiores com os preços ajudariam bastante. Nessa conversa, também foi possível pensar sobre os aspectos práticos da feira como localização, deslocamento, público que a frequenta e o que de fato nos interessava enquanto mulheres artesãs. Seria a venda? A autonomia financeira? Essas são perguntas que só foram respondidas com o andamento desses processos.

De algum modo, alguns aspectos sobre o ser mulher num bairro periférico que “se apresenta” num bairro “chique” também se tornava algo pensado pelas artesãs nessa experiência. E, com base nela, ficou decidido que ocuparíamos lugares abertos pela cidade, o que iria diferir dessa primeira experiência - agora, andávamos à procura das feiras de rua, especialmente nas Rocas, na tentativa de diminuir os problemas que tivemos nessa primeira experiência e, principalmente, aumentar o vínculo

com aquele lugar que habitávamos, explorando melhor o território, além das mudanças na nossa apresentação espacial (mesa, placas e organização dos produtos), sendo este o outro jeito que encontramos para “arrumar as coisas”. Percebemos como o perambular e o cartografar se faziam como verbos constantes em todo trabalho, o coração das pesquisadoras se aqueceu quando o coletivo decidiu explorar a cidade em busca das feiras de rua, ascendendo ainda mais em nós o desejo de pesquisar, andar e sentir a cidade. Era a rua, com toda a sua graça, nos ensejando e convidando-nos a colocar o corpo ainda mais em movimento! Como cartógrafas, desejosas de pesquisar “com” a cidade (Romero & Zamora, 2016), nos abrimos para as possibilidades e potencialidades que a cidade poderia nos trazer ao perambular os entornos geográficos desse bairro em específico.

Exercitando a cartografia, ficamos atentas aos efeitos dessa primeira feira, que ainda estavam emergindo alguns dias após a reunião, quando, em uma conversa na roda de crochê, escutamos as seguintes falas:

Contando todo o dinheiro que conseguimos, Nãna me disse que tirou 190 reais. Ela disse que pagou a conta de luz com isso, estava muito feliz (Fala de uma mulher artesã funcionária do CECCO).

Com o dinheiro que recebi comprei todo de material. Estava precisando de linha. E ainda trouxe umas agulhas para doar aqui para o centro (Fala de Nãna). Ao final, Nãna saiu da reunião dizendo que a feira tinha sido muito boa. (...) Disse que podia chamá-la para as outras. (06 de agosto de 2019: Um outro olhar [e lugar] é possível)

Essas falas, em especial, nos deixaram muito felizes pelo horizonte que esboçavam. Começávamos a enxergar que essas mulheres artesãs, excluídas do mercado de trabalho formal, ganhavam ali uma possibilidade de inserção. Atrelado ao cuidado em saúde, tecia-se o acesso a mais um direito fundamental – o trabalho. Produzir, vender, pagar suas contas... era isso que víamos acontecer nesse plano micropolítico, abrindo espaço para uma produção de subjetividade (Guattari & Rolnik, 1986) que ganha forma ao se conectar com as relações cotidianas, com o trabalho, a arte, a cultura e umas com as outras nesse espaço de convivência. Descobríamos pouco a pouco, nesse fazer com e na articulação desses diversos saberes, o que buscávamos enquanto mulheres artesãs.

Sabíamos que a nossa ação não se restringia à geração de trabalho e renda, mas também, como Rodrigues & Yasui (2016) bem pontuam, implicava a realização de uma atividade em que as mulheres pudessem tecer novos territórios existenciais tanto para si quanto para e por meio do seu trabalho, sendo elas as principais responsáveis pelo seu próprio fazer, num sentido de trabalho que pudesse ser libertador. Libertador na direção apontada pela economia solidária (EcoSol), da valorização do sujeito (homem ou mulher) no seu próprio fazer.

É importante, ao falarmos sobre a categoria trabalho, frisarmos a condição feminina no tocante à sua inserção, notadamente no que se diz respeito ao artesanato. Assim como Barroso e Frota (2010), compreendemos o gênero como “elemento estruturante das e estruturado pelas relações sociais” e o labor artesanal enquanto atravessado pela divisão sexual e social do trabalho. Ao transpor esse *status quo* da mulher “dona de casa”, que é historicamente subalterno, para o espaço público (as feiras, por exemplo), estamos buscando alternativas de superação dessa realidade por meio do artesanato, que, mesmo sendo um trabalho historicamente feminino, aqui ele se mostra enquanto vetor importante para a superação dessa subalternidade.

Nesses alinhavos de outros lugares possíveis para as mulheres nas relações de trabalho e acesso à renda, uma questão se colocava, trazendo impasses para o horizonte de possibilidades emancipatórias que vislumbrávamos. Entre as mulheres artesãs do CECCO, a maioria cuidadoras do lar e da família, várias eram aposentadas com direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas que apresentam impedimentos de qualquer natureza. Na fala das mulheres artesãs, quando convidadas a participar das feiras, o BPC aparecia enquanto empecilho para uma participação regular e um efetivo envolvimento das mulheres nas atividades de geração de renda nas oficinas artísticas. Muitas vezes, o fato de ser beneficiária do BPC surgia no discurso como algo que as incapacitava ao labor, apesar de ser um direito social que essas mulheres estão certas em lutar para garanti-lo. A fala de um membro da equipe nos ilustra essa situação:

Olha, vai ser difícil, muitas delas têm medo de se envolver e perder o BPC. Sabemos que não é bem assim, mas elas acham que sim. (30 de maio de 2019: Provocando movimentos)

Um dos critérios para concessão do BPC é a incapacidade para o trabalho. Ou seja, pessoas diagnosticadas com transtorno de saúde mental, contraditoriamente, precisam abdicar de um direito civil, como o de trabalhar, para ter garantido um direito social (Rodrigues, Marinho, & Amorim, 2010). Nessa discussão, que tem tomado corpo na Reforma Psiquiátrica brasileira, entende-se que a concessão do BPC para pessoa com deficiência ou transtorno mental não deve estar relacionada à incapacidade para o trabalho e para a vida independente (Stopa, 2019).

Além disso, sabe-se que a pessoa diagnosticada com transtornos mentais, quando inserida no mercado de trabalho, sofre com estigmas e preconceitos sociais (Rodrigues et al., 2010), o que dificulta a inserção e reabilitação social desses sujeitos.

Uma situação que se agrava ainda mais quando a situação de vulnerabilidade é atravessada por outras desigualdades sociais. No caso das mulheres artesãs participantes deste trabalho, o fato de serem mulheres, periféricas, pretas e pobres as faz chegar de maneira desigual no mercado de trabalho. É por isso que o direito aos benefícios assistenciais precisa ser pautado para além dos diagnósticos e histórico psiquiátrico, levando também em consideração as situações de vulnerabilidade dos sujeitos. É importante compreender que essas mulheres, além de precisarem do BPC, também precisam trabalhar e exercer sua autonomia, contrapondo-se ao discurso médico psiquiátrico da incapacidade que permeia a concessão do benefício.

Logo, vimos que, no desafio da construção de novos lugares sociais para as mulheres artesãs, é importante se contrapor aos discursos e práticas incapacitantes e medicalizantes. Tratava-se, portanto, de um trabalho que precisava desinstitucionalizar o saber psiquiátrico, como Amorim e Dimenstein (2009) propõem, questionando o significado de doença mental e os modos pelos quais essa incapacidade para o trabalho se produziu como verdade nas práticas cotidianas das instituições que, em tese, deveriam proteger e garantir os direitos humanos dessas pessoas.

Como pontuam Amorim & Dimenstein (2009), nessa ótica da desinstitucionalização, saúde passa a ser compreendida não mais como bem-estar, circunscrita em parâmetros biomédicos e de regulação pelo Estado, mas sim como “produção de vida”, enxergando todas as pessoas em suas singularidades, permitindo que circulem e adentrem os mais diversos espaços de sociabilidade.

Assim, nossa ação, articulada com o território das Rocas e das feiras, torna-se ferramenta fundamental para impulsionar a emancipação das mulheres artesãs, produzindo saúde através da arte, do trabalho coletivo e em comunidade, da sua circulação pelos diferentes espaços do território, numa perspectiva que Amorim e Dimenstein (2009) chamam de “reinvenção da saúde”. Levá-las a um espaço de comercialização e exposição dos seus trabalhos enquanto artesãs indicou, antes de tudo, o reconhecimento e a valorização pelo seu trabalho, produzindo outra verdade, descolada da incapacidade e da subalternidade doméstica, o que sem dúvidas trouxe efeitos de produção de saúde, ampliando as possibilidades de agir e de viver. Compreendemos produção de saúde como um processo socialmente produzido, resultante do encontro e do trabalho de um coletivo, “como atividade ontocriativa humana: atividade de invenção de si e do mundo” (Teixeira, 2015, p. 31). Trata-se, mais do que a inserção no mercado de trabalho, de um direito, uma produção de saúde, em sua reinvenção com efeitos nitidamente desmedicalizantes, como podemos ler na fala a seguir:

Olhe, eu venho para cá, faço meu fuxico, faço meu alongamento, quando chego em casa, nem preciso mais tomar meu Diazepam, durmo tranquila! Eu tomava todo dia, hoje em dia não tomo mais. (Fala de uma mulher artesã)

Percebemos que a produção de saúde (mental e física, pois, em nosso entendimento, estas não se separam) aparecia, então, como efeito da inserção e convivência das mulheres artesãs no grupo, pela articulação com o território, mas também nos atos de produzirem sua arte, no envolvimento com as demais atividades do CECCO e, especialmente, nos vínculos que ali se formavam durante as rodas de artesanato. A potencialidade do encontro com a arte nos faz pensar em outras formas de cuidado, coletivas, criativas e que possibilitem a produção da singularidade, indo na contramão das formas instituídas de viver e de cuidar (Amorim & Dimenstein, 2009).

Essas novas práticas não nascem sozinhas, nem se articulam sozinhas. Faz-se fundamental, num plano macropolítico, a articulação em rede e em comunidade. Nesse sentido, muitos espaços da cidade apresentam-se como potentes enquanto agenciadores de encontros e de singularidades, promovendo a vivência com a comunidade, com os espaços de livre circulação e com as diferentes expressões que pudemos cartografar.

Em Busca de Um Plano Comum: as feiras e a inserção das mulheres artesãs na comunidade

Foi a partir do “fazer com”, ao vivenciar o coletivo e compartilhar histórias das mulheres artesãs, que nós, enquanto mulheres-artesãs-que-aprendem, juntamente com a percepção do modo de funcionamento da geração de renda instituído, buscamos traçar um plano de ação comum. De acordo com Kastrup e Passos (2013, p. 264), “o comum é um fundo virtual, apresentando-se como uma vitalidade social pré-individual, pura heterogeneidade não totalizável. Nesse fundo comum e heterogêneo, composições e recomposições de singularidades têm lugar”. O virtual é aqui entendido como um plano que congrega todas as possibilidades de acontecimentos, no qual tudo é potência. O comum, por sua vez, se estabelece na interlocução entre as singularidades presentes, compondo um plano coletivo pré-individual, que tem existência aquém e além dos indivíduos e das grupalidades que se constituem nos encontros humanos.

Esse plano comum advém dessa virtualidade não homogênea e não identitária, mas conectiva entre desejos, indivíduos, grupos, forças humanas e não humanas presentes na experiência, ou seja, no ato da experiência, do “fazer com” partilhado em coletivo, em que se estabelece uma rede de interlocuções rizomáticas, de “múltiplas linhas e vetores” que constituem o coletivo de mulheres, como um rizoma, no sentido conferido por Deleuze e Guattari (1995), no qual podemos enxergar os

diferentes sujeitos, dispositivos e instituições. Era nossa tarefa, enquanto pesquisadoras, cartografarmos o reconhecimento dessa potência e da heterogeneidade do coletivo para, enfim, acessarmos o plano comum que a articula.

Nesse sentido, buscamos construir um comum a partir da tradução que se dá no compartilhamento, almejando deixar a nossa contribuição ao campo. Durante a convivência com as mulheres nas oficinas de artesanato foram sendo elaboradas leituras possíveis de planos comuns de ação, a partir do contato com o modo de geração de renda em andamento, com o recorte de gênero e com a satisfação proporcionada ao produzir e ao vender seus próprios produtos.

A essa altura do trabalho, a geração de renda já vinha impulsionando a venda dos produtos. Esse movimento foi seguido, por meio de iniciativas do grupo, de um aumento da porcentagem recebida pelas artesãs com as vendas de seus produtos, passando a ser 60% para o CECCO e 40% para a artesã. Ainda que se trate de uma decisão tomada pela equipe de profissionais da instituição, essa mudança demarca o espaço de um fazer que parecia se circunscrever, inicialmente, à terapia ocupacional, mas que foi se transformando, sendo notado como possível lugar de geração de renda e de produções artesanais e afetivas, em que o trabalho das mulheres era reconhecido e valorado.

Como estagiárias e pesquisadoras, em nossa análise de implicação (Lourau, 2004), reconhecemos que nossas escolhas para estarmos nesses grupos tinham como pano de fundo o fato de sermos mulheres, feministas, descendentes de mulheres artesãs, animadas com a possibilidade de suscitar desejos de realização e independência nas mulheres do grupo.

A análise de nossas implicações possibilitou tomarmos contato com alguns afetos tristes que nos tomaram, no decorrer da realização de atividades voltadas à geração de renda, quando percebemos certa desconexão de parte das mulheres quanto ao movimento de saída do Centro de Convivência para a participação em feiras. A esquiva das mulheres artesãs vinha sempre acompanhada da fala sobre o medo de perder o benefício de prestação continuada, pois as feiras convocavam à exposição dos seus corpos, no espaço público, como trabalhadoras.

Ao pôr em análise nossa afetação, nosso próprio fazer, percebemos a necessidade de mudar um pouco o plano, acertar os ponteiros e traduzir novamente o que emergia. Uma tradução que passa a buscar produzir equivalências ou aproximações entre nossas linguagens, modos de expressão e visões de mundo. Nesse processo, a autonomia de cada integrante foi fundamental. Às vezes, no não dito ali presente percebia-se apenas a ausência nas feiras, sinalizando que aquele não era o caminho, que era preciso inventar outras “saídas”. Essa ausência era algo que nos incomodava, pois quando as mulheres artesãs escolhiam ficar no confinamento em casa ou dentro dos muros da instituição, enxergávamos apenas a lógica asilar imperando. Em análises posteriores, percebemos que poderiam haver outros elementos geradores dessa ausência, que não tivemos tempo de nos dedicarmos em campo. Ficamos apenas com a frustração e com o desafio para esse processo de construção coletiva, quando os desejos teciam linhas de força desconstruídas. Adentramos, de corpo e com vontade, no território do grupo: o que poderia emergir?

Foi dessa forma que, no nosso plano comum, a participação em feiras perdeu centralidade, compondo uma multiplicidade de possíveis que se teciam como desejo no coletivo. Enquanto teorizávamos, as mulheres artesãs nos diziam das vendas em suas próprias casas, vendendo para suas vizinhas e familiares, produzindo renda fora daquilo que nós, pesquisadoras, julgávamos ser o ideal. Isso nos retirava do nosso lugar hierárquico de saber-poder, de forma abrupta e (por que não?) de forma excepcional, além de colocar em questão que, em alguma medida, ainda estávamos operando “idealizações” do trabalho sem perceber a criação imanente que o próprio coletivo ia produzindo como movimento em cada mulher. Aprendemos muito com isso. E então, estava aí a autonomia que tanto buscávamos, fora dos muros da instituição, em uma economia da vizinhança, do bairro, dos laços de pertencimento territoriais partilhados ou não pelas integrantes do coletivo. Uma produção de arte, de artesanaria, de trabalho que se fazia como quem tece a vida, em seus nós, pontos, percursos, desvios.

Assim, vimos a importância do coletivo na produção de um plano comum capaz de dar lugar a processos de singularização no cotidiano, invenção de possíveis que nos retirasse dos modelos pré-estabelecidos do que seria “promover saúde e autonomia”, “gerar renda em economia solidária” nas instituições envolvidas. À semelhança da experiência de Amorim, Severo, e Romagnoli (2015), os encontros tecidos no grupo desenharam devires, traçaram projetos de vida e produziram experimentações de diferentes funções, de modo que diferentes formas de cuidado tiveram lugar.

Nesse momento da intervenção, o desejo tinha lugar nas rodas de crochê e fuxico, em que se costuravam conversas sobre a vida, as famílias, o cotidiano, uma consulta médica, as plantas no quintal de casa... A convivência era tramada, alinhavada, costurada, pelas mãos de mulheres-artesãs-que-ensinam – pois todas tinham algo a nos ensinar –, mobilizando um fluxo comum que nos levava a habitar novos territórios existenciais como mulheres-artesãs-que-aprendem.

Algumas Considerações Finais

A arte é promotora não só de saúde, mas de vida. Muitas são as possibilidades que a arte nos permite, uma delas é da invenção... aqui buscamos reinventar a compreensão de saúde, traçando um plano comum que estivesse alinhado aos desejos em um coletivo múltiplo e heterogêneo.

Houve momentos, durante essa trajetória, que o que queríamos era a autonomia dessas mulheres. Mas que autonomia? Se pensarmos autonomia como um fim, um objetivo a ser cumprido, não era disso que se tratavam as relações ali construídas, já que desviavam de uma linearidade composta por etapas que levariam a esse produto. Mas se, ao contrário, compreendermos autonomia como uma função, assim como colocada por Guattari e Rolnik (1986), veremos que, nos acontecimentos que se deram, as experiências das mulheres com a arte, suas trajetórias de vida e a importância da convivência se conjugaram como “exercício, movimento, práticas de transformação, estando referida ao presente, à realidade, às circunstâncias nas quais produzimos o cotidiano”, como pontuam Rocha & Aguiar (2003, p. 69). Transformações que não devem se resumir à busca do estabelecimento de condições ideais para que algo possa se realizar, como nós buscávamos em um dado momento do trabalho, mas engendrar uma micropolítica pautada no intensivo “que abre o atual à pluralidade das formas de existência e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis.” (Rocha & Aguiar, 2003). Uma autonomia subversiva que se produz no coletivo, no cotidiano, a partir de uma prática desinstitucionalizada de saúde mental e das movimentações que acontecem para além dos atravessamentos de gênero estabelecidos socialmente.

Fomos em busca e nos deixamos levar pelo que era possível, enquanto mulheres-artistas-que-aprendem, seguindo o que surgia no nosso “fluxo comum heterogêneo”. Essa autonomia, que já existia de diferentes formas e já estava em andamento, mas não era percebida até então, reinventou-se nas vendas que as mulheres artistas faziam em suas próprias casas e vizinhança; na autogestão criativa ao pensar em novos produtos e lugares possíveis; no deixar de tomar seu remédio, porque o artesanato lhe fazia melhor; na produção de saúde; na ocupação da cidade.

Ademais, é importante frisar que a experiência aqui apresentada diz de uma realidade territorial e de um dispositivo específico. Frente a isso, afirmamos que as discussões acerca da produção de saúde, geração de trabalho e de renda das mulheres artistas, na cartografia, em seus percursos de vida, não se encerram aqui. Este trabalho se apresenta então como um convite para que outros projetos e pessoas sejam tocados e tocadas.

Em se tratando do trabalho feminino, é evidente o quanto o gênero é termo transversal e essencial para discutir o papel das trabalhadoras, participantes das esferas públicas da vida, uma discussão fundamental para formulação de políticas públicas de trabalho e renda e de saúde mental para mulheres. Abrem-se, com esta experiência, portas para outros trabalhos e pesquisas que aprofundem tais discussões.

Conclui-se reafirmando o compromisso ético, estético e político com os direitos humanos e a saúde mental, acreditando na construção coletiva de novas práticas em saúde que sejam libertadoras.

Referências

- Alvarez, A. P. E., Silva, J. O., & Oliveira, A. C. M. (2016). Centro de convivência e cultura: Diálogos sobre autonomia e convivência. *ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 6(1), 5-19.
- Amorim, A. K. A., & Dimenstein, M. (2009). Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 195-204, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000100025
- Amorim, A. K. M. A., Severo, A. K. S., & Romagnoli, R. C. (2015). Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: Experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(2), 657-678. DOI: 10.1590/S0103-73312015000200017
- Baremblytt, G. (2002). *Compêndio de análise institucional* (4a ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barroso, H. C., & Frota, M. H. P. (2010). A trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses: Desvendando códigos de gênero. In Universidade Federal de Santa Catarina (Org.), *Anais do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, SC: UFSC. Link
- Benjamin, W. (1994). O narrador. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política* (pp. 197-221). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cavalcante, S., Mourão, A., & Gunther, H. (2018). Perambular. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.). *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. (pp. 167-176). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In: G. Deleuze & F. Guattari, *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*

(pp. 11-37). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, 155-161. Link

Foucault, M. (2001). *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

João do Rio (s.d.). *A alma encantadora das ruas* [Domínio Público]. Link

Kastrup, V., & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Revista de Psicologia*, 25(2), 263-280. DOI: 10.1590/S1984-02922013000200004

Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Link

Lourau, R. (1990). Implication et surimplication. *La Revue du Mauss*, 10, 110-119.

Lourau, R. (2004). Implicação e sobreimplicação. In S. Altoé (Org), *René Lourau: Analista institucional em tempo integral* (pp.186-198). Rio de Janeiro: Hucitec.

Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (Org.), *Anais do VIII Congresso de Investigação Qualitativa em Ciências Sociais: CIAQ-2017* (vol. 3, pp. 724-733). Lisboa: Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Link

Pacheco, M. L. (2013). *Saúde mental e economia solidária: Trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. Link

Pezzato, L. M., & L'abbate, S. (2011). O uso de diários como ferramenta de intervenção da análise institucional: Potencializando reflexões no cotidiano da saúde bucal coletiva. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1297-1314. DOI: 10.1590/S0103-73312011000400008

Portaria nº 3.088, de 23 dezembro de 2011. Republicada em 21 de maio de 2013. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Link

Ramos do Ó, J. (2019). Ouvir falar o pensamento, aprender a falar o pensamento no interior da universidade: O testemunho dos “professores” Michel Certeau, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Roland Barthes. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240021. DOI: 10.1590/S1413-24782019240021

Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. DOI: 10.1590/S1414-98932003000400010

Rodrigues, A. C., & Yasui, S. (2016). Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: Reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8(20), 1-23. Link

Rodrigues, R. C., Marinho, T. P. C., & Amorim, P. (2010). Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Suppl. 1), 1615-1625. DOI: 10.1590/S1413-81232010000700073

Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44-52. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100006

Romero, M. L., & Zamora, M. H. (2016). Pesquisando cidade e subjetividade: Corpos e errâncias de um *flâneur*-cartógrafo. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 451-461. DOI: 10.4025/psicoestud.v21i3.29787

Severo, A. K., & Freire, F. H. M. A. (2014). O delineamento da Rede de Atenção Psicossocial: Reflexões a partir das experiências dos trabalhadores de saúde e assistência social. In A. K. S. Severo, A. K. L. Lima & A. R. Ferreira Júnior (Orgs.), *Compondo redes para atenção à saúde: Experiências diversas, olhares afins* (pp. 67-88). Natal: EdUnP.

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Stopa, R. (2019). O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): O penoso caminho para o acesso. *Serviço Social & Sociedade*, (135), 231-248. DOI: 10.1590/0101-6628.176

Teixeira, R. R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde e Sociedade*, 24(Suppl. 1), 27-43. DOI: 10.1590/s0104-12902015s01003

Zambillo, M., & Palombini, A. L. (2017). Autonomias errantes: Processos de autonomização em saúde mental. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(1), 78-88. DOI: 10.22491/1678-4669.20170009

Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: Facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246. DOI: 10.1590/1984-0292/1483

Como citar:

Silva, D. V. L., Campelo, C. B., Simoni, A. C. R., & Amorim, A. K. M. A. (2021). Cartografias e Percursos de Mulheres Artesãs que Aprendem, Ensinam e Trabalham. *Revista Subjetividades*, 21(1), e11351. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e11351>

Endereço para correspondência

Daniele Vitória Lima da Silva
E-mail: danielelima__@outlook.com

Camila Barbosa Campelo
E-mail: camilacampelo05@hotmail.com

Ana Carolina Rios Simoni
E-mail: anacarolrs@hotmail.com

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim
E-mail: akarraes@gmail.com

Recebido em: 20/07/2020

Revisado em: 03/10/2020

Aceito em: 30/10/2020

Publicado online: 24/03/2021